

Resumo: A promessa de Deus de tornar-se presente a nós implicava, no AT, a retificação da Aliança sagrada na liturgia, assegurando sua intervenção na História da Salvação em favor do seu povo. Para ser real e eficaz, era preciso, porém, que a ação divina fosse confirmada na comunidade de fé por seus representantes, que irradiassem sua eficácia para todo o Povo Eleito, através de sua atuação civil e religiosa não só por ocasião de sua instituição solene, mas durante todo o tempo enquanto estiverem exercendo o cargo. Era da competência do rei canalizar as bênçãos divinas para as repartições administrativas bem como para os setores da política, da economia e da segurança interna e externa da nação. Sem a ajuda divina não haveria garantia para sobrevivência do povo de Israel em meio à política expansionista dos impérios do antigo Oriente Médio. Por outro lado, não bastava a independência territorial do reino de Israel, para a continuidade na história, pois era necessário, sobretudo familiarizar-se com o conteúdo da revelação divina transmitida ao povo de Israel e celebrar a liturgia para cultivar a vivência da fé mediante uma religião “viva”, cuja fonte de irradiação era o sacrifício de ratificação da Aliança sagrada, oferecido pelo sacerdócio instituído por Deus.

Abstract: The assurance of God's presence needs to be confirmed in the liturgy with the rites required both for the enthronement of the king and the appointment of the chief priest in the formal conferring of office. One of the prerequisites was the rite of the institution of the sacred Covenant performed at the occasion so that the divine benefits would extend not only to the subjects involved but also to the Chosen People. It was a common belief that the king should canalize God's blessing to the areas outside the religious sphere: the administration of the affairs of the state and its defense against aggressions from within and outside. In fact it was a truism at that time that no small nation would otherwise have a chance to survive and would be able to guarantee its independence in the face of the political expansion of the great empires of the ancient Middle East: Assyrian, Babylonian, Egyptian, and Persian. Moreover, in addition to preserving political independence, it was essential that any nation should preserve its identity and national unity when its heritage from the past was irreplaceable and should be cherished and handed down to future generations. It was a sacred duty entrusted to all citizens to embrace the sacred Covenant established between God and made effective in the celebration of the liturgy presided by the chief priest.

O Sacerdócio do Reino Messiânico (SI 110)

*Luis Stadelmann, SJ**

* O autor, Doutor em Língua e Literatura Semítica, Cincinnati, e Mestre em Ciências Bíblicas, Roma, é Professor no ITESC.



Introdução

O Salmo 110 (109) presta homenagem ao rei messiânico na solene liturgia celebrada no Templo de Jerusalém. No dia de sua entronização como também na festa anual em comemoração da faustosa data entoava-se este Salmo em honra do rei da dinastia davídica, porque constituía uma das mediações divinas para o povo de Israel canalizando as bênçãos de Deus para as repartições administrativas do governo e os setores da segurança nacional. Durante o período pré-exílico da história de Israel havia quatro sinais lembrando os israelitas de que estavam vivendo sob a “Eleição” divina, dois do âmbito religioso: o Templo e o sacerdócio; dois de cunho político: o rei davídico e Jerusalém¹.

O sacerdócio era de importância fundamental para o povo israelita, porque lhe dava a certeza de que os cidadãos estavam praticando uma religião “viva” pelo fato de celebrarem validamente sacrifícios na liturgia, e não improvisavam meramente ritos cultuais como era praxe nas celebrações entre os povos pagãos. O cerne dessa religião “viva” era a presença de Deus no *sacrifício* da instituição da Aliança sagrada e na liturgia de comemoração em datas solenes da História da Salvação.

Havia representantes das quatro instituições de mediação salvífica que marcavam presença no santuário, por ocasião da celebração festiva da entronização do novo rei da realeza davídica: o rei e sua corte, os habitantes de Jerusalém, os sacerdotes e autoridades do Templo. No ato de nomeação do sacerdote da corte comparecia o eleito, emprestando um caráter festivo à cerimônia religiosa. Na liturgia solene celebrada no Templo se invocava a presença de Deus para ratificar com a Aliança sagrada a entronização do rei e também a nomeação do sacerdote da corte, investindo com poder o rei e o sacerdote e assegurando-lhes a bênção divina para o bem do Povo Eleito, que entoava este Salmo dedicado à realeza davídica.

Salmo 110 (109)

¹ *Salmo de Davi.*

Oráculo do SENHOR ao meu Senhor:

¹ O Reino do Norte de Israel se diferenciava do Reino do Sul porque não era uma monarquia constitucional, pois os governantes se impunham pela força das armas com o apoio do exército e dos partidos políticos dominantes. Por outro lado, o Reino do Sul se fundamentava no princípio dinástico, implantado pela Casa de Davi; cf. Roland DE VAUX, *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, [Trd. D.Oliveira], São Paulo, Ed. Vida Nova, 2008, (original francês), II. Parte, cap. 4: “Os Reinos de Israel e Judá”.



*“Senta-te à minha direita,
até que eu ponha teus inimigos como
escabelo de teus pés!”*

² *De Sião o SENHOR estende o cetro do teu poder:
“Domina no meio de teus inimigos!”*

³ *Teu povo será generoso
no dia de tua campanha.
Nos montes santos,
mais numerosas do que o seio da aurora tem gotas de orvalho,
tu terás tuas tropas de jovens”.*

⁴ *O SENHOR jurou
e não se arrepende:
“Tu és sacerdote para sempre,
na função de Melquisedec.”*

⁵ *O SENHOR está à tua direita,
esmagará os reis no dia de sua ira.*

⁶ *fará justiça às nações,
e amontoará cadáveres;
esmagando cabeças pela imensidão da terra.*

⁷ *Aquele que bebe da torrente no caminho
poderá, então, levantar a cabeça.*

Notas

Devido a peculiaridades sintáticas e estilísticas da língua hebraica, como também por causa da opção por variantes baseadas em alguns manuscritos, impõe-se um estudo acurado ao tradutor para acertar com as sutilezas gramaticais do hebraico. Ao comparar o texto nas Bíblias em vernáculo e as versões antigas em grego, latim e siríaco, aparecem variantes e diversas tentativas de render as frases em hebraico com emendas e interpretações atualizantes. É preciso, portanto, recorrer a gramáticas especializadas em hebraico para desvendar o significado de expressões idiomáticas e torneios da frase para descobrir o sentido original transmitido por meio dos recursos estilísticos da linguagem poética².

² P. Joüon – T. Muraoka, *A Grammar of Biblical Hebrew*, vol. I, Part 1: Orthography and Phonetics, Part 2: Morphology; vol. II, Part 3: Syntax (Subsidia Biblica: 14/I-II), Rome: P.I.B., 1991, (abrev. JM). W. Gesenius — E. Kautzsch, *Gesenius' Hebrew Grammar*, (Trd. da 28a ed. alemã 1909, por A.E. Cowley), Oxford: Clarendon Press, 2. ed. reimpressão 1960, (abrev. GK).



- ³ “nos montes”, (hebr.: *b^ehar^eré*), baseado em mss. hebr. em lugar de “esplendor”, (hebr.: *b^ehadré*), no TM; “mais numerosas”: o grau comparativo de superioridade é expresso pela preposição hebr. *min* prefixada, (hebr.: *merehem* [*min-rehem*]), veja-se JM § 141g; “seio da aurora” (hebr.: *rehem misahar*), é personificação poética da madrugada; “gotas de orvalho” ou “orvalho”, (hebr.: *tal*).
- ⁴ “na função”, (hebr.: *'al-dibratí*), é uma expressão técnica da linguagem administrativa de Canaã, usada também no aramaico bíblico³. Quanto à flexão, a expressão hebr. (*'al-dibratí*), é uma forma alternativa de *'al-dibrat*, já que o *yôd* é mero *hireq compaginis* (GK § 90k-l) que se usa para indicar o “estado construto”. O sufixo *-î* do subst. *dibratí* não é sufixo pronominal “meu”, mas mero “estado construto” em conexão com o substantivo (hebr.: *malki-sedeq*). O nome hebr. *Melquisedec* é composto de dois substantivos que se empregam como atributos de Deus: “justiça”, (em hebr.: *sedeq*) e “[meu] rei” (*malki*). É de notar-se que o termo hebr. (*sedeq*) nunca é usado para pessoas, já que existe o adjetivo “justo”, (*saddîq*). O pronome pessoal (“meu”) anexado ao subst. é comum nos onomásticos de cunho religioso com referência à divindade que exerce a proteção ao “afilhado”. Destarte, “meu rei é (*Sedeq*)” é a expressão, usada no onomástico, para consignar a proteção divina para o afilhado em analogia com o patrocínio do Deus tutelar *El Elyon* (Deus Altíssimo) sobre Jerusalém (Gn 14,18). A designação de Deus como “rei” (*Melek*) encontra-se frequentemente na literatura semítica, porque é atributo de soberania do Deus Altíssimo ou de supremacia de um deus supremo sobre o panteão das divindades.
- ⁷ “aquele” é sujeito da frase, diferente do sujeito “ele” do verso precedente.

Estrutura Literária

- 1* I. Cabeçalho
- 1 II. Oráculo sobre o rei
- 2-3 III. Profecia alvissareira
- 2 A. Reino poderoso
- 3 B. Campanha vitoriosa
- 4 IV. Oráculo sobre o chefe dos sacerdotes
- 5-7 V. Profecia de intervenção divina

³ J. BOTTERWECK — H. RINGGREN, *Grande Lessico dell'Antico Testamento*, vol. II, (Trd. A Catastini, R. Contini, P.G. Borbone), Brescia: Paideia, 2002, (Original alemão 1973), sub voce *dibrâ*.



- 5-6 A. Justiça de Deus
7 B. Libertação dos oprimidos

Contexto

Este salmo da realeza data do período pré-exílico.

Oração

Oração de louvor para despertar nosso amor para com Deus, que realiza a salvação no mundo através da mediação das instituições civil e religiosa (v. 1-4) e impõe o castigo nos casos de justiça espezinhada (v. 5-7).

Entronização do rei

No cabeçalho do Salmo 110 consta a rubrica de identificação do titular da classificação. Trata-se de uma coletânea de Salmos que trazem uma referência ao nome de Davi. Foi acrescentado posteriormente a este Salmo para fins de canonicidade. Tinha também uma finalidade prática, para garantir sua inclusão no rol dos Salmos que tinham a chancela oficial de poemas religiosos que eram admitidos na recitação de textos durante a celebração litúrgica do Templo. Destarte, Davi não é o compositor desse Salmo, cujo gênero literário é típico dos *Salmos da realeza davídica*. Trata-se, portanto, de um "Salmo" e não de um "Hino" porque o estilo poético mescla idéias nobres e sublimes com expressões que suscitam reações violentas e vingativas, típico da linguagem usada em outros Salmos.

O oráculo sobre o rei tem por objetivo legitimá-lo no poder, como representante de Deus junto ao Povo Eleito. "Oráculo do SENHOR ao meu Senhor": O preâmbulo do Salmo consiste na comunicação divina de uma mensagem ao salmista a respeito do "SENHOR", o Messias-Rei da dinastia davídica, instituída no Reino do Sul. Quanto ao "Senhor" em diálogo com o salmista, trata-se do sucessor ao trono na ocasião de ser coroado como rei. Diferente da realeza do Reino do Norte de Israel, que não seguia a linha dinástica, e cujo novo rei não recebia ali legitimação divina através de um oráculo na cerimônia de entronização. É que a realeza do Reino do Norte não era uma monarquia constitucional, mas uma autocracia na qual o governo estava nas mãos de um monarca, cuja liderança se impunha pela lei do mais forte entre os líderes militares. Daí que essa monarquia não tinha legitimação de Deus e por isso não exercia a mediação da salvação divina em favor dos súditos.



“Senta-te à minha direita!” (hebr.: *sheb lîmîni*) é fórmula de entronização do rei davídico, no cerimonial da monarquia de Jerusalém, e ao mesmo tempo dá prioridade à lei da sucessão eletiva ao trono, postergando a lei da primogenitura. Em outras palavras, o novo rei tinha o aval da “Eleição” divina e não era instituído no trono meramente por sua primazia na Casa de Davi.

A importância da realeza davídica em Israel deriva de sua função como “sinal da Eleição divina” do Povo de Deus, sob o governo de um rei como lugar-tenente de Javé. Destarte, os israelitas tinham no rei davídico a comprovação de que de fato estavam vivendo sob o desígnio da “Eleição” divina. Jerusalém era o centro religioso e político da nação: o Templo e o palácio real – situado à sua direita (ao sul), na mesma cidade – eram instituições de mediação da salvação entre Deus e seu povo. “Senta-te à minha direita!”, expressa a fórmula da entronização sob os auspícios de Deus, que o profeta cita no Templo por ocasião da cerimônia solene em honra do novo rei. A cláusula sobre a intervenção divina contra a hostilidade dos inimigos refere-se à transmissão do poder com o apoio de Deus para a defesa da nação: “Até que eu (Deus) ponha teus inimigos por escabelo de teus pés!”. A conjunção temporal: “até que” (hebr.: *‘ad-’asher*) tem sentido temporal asseverativo e não terminativo, pois a sujeição continuará mesmo depois de tê-los submetido. A explicação sobre a referência à situação bélica do novo rei davídico é de cunho histórico e conjuntural daquele tempo, quando a monarquia davídica estava à mercê da política expansionista dos antigos impérios do Próximo Oriente. Por ocasião da entronização do novo rei, pairava no ar uma dúvida se a monarquia em Jerusalém teria continuidade histórica ou se poderia sustentar-se apenas interinamente. Essa dúvida não desapareceria por si, mas precisava ser transformada em certeza através da garantia de proteção divina, que será confirmada por um oráculo divino. Evidentemente, não se assegurava ao rei inviolabilidade das fronteiras do país contra invasões de exércitos inimigos, mas se transmitia a promessa da intervenção divina quando a sobrevivência de Israel como Povo Eleito estava em perigo. Pois o que se visava com o oráculo divino era confirmar o fato de que estavam em jogo não só o poder do rei como também o poder de Deus. É que os povos pagãos que punham em perigo a existência de Israel eram, pela agressão ao Povo Eleito na Terra Prometida, inimigos de Deus e dos fiéis. Pois o destino de Deus estava vinculado ao destino do Povo Eleito, sendo governado pelo rei davídico.



A promessa da intervenção de Deus na história implica a derrota do inimigo que haveria de servir como “escabelo dos teus pés”, simbolizando a submissão do inimigo subjugado que substituiu a banquetta para apoio aos pés do rei sentado no trono. Em lugar de um estrado servia o dorso de um homem que era reduzido à condição de escravo: não bastando a derrota na batalha, era ainda vítima de injúria na corte.

Profecia alvissareira

A profecia alvissareira (v.2-3) sobre o reino poderoso, é que garante aos súditos um espaço de autonomia, ao abrigo da agressão externa e da divisão interna. Competia ao rei assumir também a defesa dos seus súditos, que se encontravam nos territórios fora da terra pátria. Em situações de conflito, provocadas por antagonismos de interesses e de grupos, que ameaçavam a segurança das condições da vida social, dificultando o desenvolvimento integral do povo, a solução virá da colaboração dos membros da comunidade, cujos recursos humanos estarão à disposição da defesa do bem comum. A tarefa do novo rei consistia em dominar “entre teus inimigos”, ressaltando assim o confronto com os inimigos e não o domínio sobre eles. O que implicava nisso era seguir uma política de defesa do país e não de conquista de novos territórios. A estratégia dessa defesa envolvia não apenas a área da capital, mas o país inteiro, de sorte que as tropas não seriam apenas guardas armados, para a proteção do palácio real, mas receberiam o treinamento para enfrentar e prevenir o levantamento de uma revolta popular, ou o acirramento de antagonismos em áreas de conflito como também a agressão externa. O motivo de “teu povo ser generoso” (hebr.: *‘amm^eka n^edabot*) no alistamento militar é que se tratava do apoio geral às medidas de defesa da nação visando à proteção do Povo Eleito e não só da coroa. Por isso, quanto maior o apreço de todos pelo objetivo em jogo, tanto mais abrangente seria o engajamento geral dos cidadãos em defendê-lo naquela época e transmitir como legado hereditário para a posteridade.

A capital do país é Jerusalém, chamada na Bíblia de “Cidade Santa” (hebr.: *‘ir haqqodesh*) e, por extensão, os “montes santos” (hebr.: *har^erê-qodesh*) porque sobressaem na região montanhosa ao redor da capital. Essa configuração topográfica engloba colinas, destacando-se por encostas onduladas, e montes que contrastam com barrancos escarpados. Tanto das colinas como dos montes virão os efetivos a serem recrutados para o exército em defesa da pátria e de domínio sobre territórios anexados. O jovem rei, recém-empossado, terá, portanto, a seu dispor, um exército de



tropas, recrutadas entre os habitantes autóctones do país, sem depender de um exército de mercenários que só poderiam ser contratados por pagamento de soldo. E já que o jovem rei provavelmente não dispunha de recursos para custear uma política expansionista, a profecia alvissareira não passaria de uma utopia, a não ser que houvesse garantia de intervenção divina para concretizar os objetivos do oráculo. É preciso tomar em conta o fato de que a política expansionista do Messias-Rei não visava estender a hegemonia da monarquia davídica sobre outros povos, mas tinha por objetivo prestar um serviço assistencial aos cidadãos israelitas residentes em outros países, em analogia com a assistência da embaixada e do consulado, nos tempos de hoje, que representam os interesses dos cidadãos do país de origem, morando no estrangeiro. Eis que os habitantes do Povo Eleito não se restringiam a um território limitado, mas integravam também os cidadãos do Reino de Deus. E nesse sentido o Salmo recebe o qualificativo de “Salmo messiânico”.

A imagem do número dos efetivos do exército do Messias-Rei comparados com a abundância de “gotas de orvalho”, caindo sobre as colinas da redondeza de Jerusalém, lembra a afluência de peregrinos ao Templo de Jerusalém em dias de festa. Ora, a precipitação de orvalho é muito abundante na região de Judá durante os meses de verão, começando na primavera, “a época do ano em que os reis costumam sair a guerrear” (1Cr 20,1). Por outro lado, as festas religiosas de Israel eram celebradas com a afluência de peregrinos na primavera e no verão: Páscoa, Pães Ázimos, Pentecostes e a festa das Tendas. Era preciso, portanto contar com a convergência de israelitas vindos de longe e de perto para serem incorporados no exército do rei. Aliás, a população nativa era escassa porque os recursos para sustentá-la eram poucos, pois a agropecuária e o pastoreio dos rebanhos de ovelhas não eram economicamente rentáveis para sustentar as famílias que se localizavam na região montanhosa. Por isso, a referência à multidão de habitantes incluía tanto os habitantes autóctones como também os peregrinos vindos de longe e até de outros países, que acampavam ali em tendas durante os dias de sua estadia na Cidade Santa.

Os “montes santos” não tinham caráter sagrado, quer pela proximidade da Cidade Santa, quer pelas procissões seguindo caminhos íngremes em dias festivos, mas devido à presença dos peregrinos e da população local que participavam da liturgia do Templo e partilhavam dos dons sagrados do altar. Os peregrinos tornaram-se portadores de dons sagrados irradiando as bênçãos divinas sobre os habitantes do país.



A cidade de Jerusalém era de origem cananéia e aparece como *Urusalim* nas Cartas de Amarna, da literatura egípcia antiga (séc. XVI a.C), como *Urusalimmu*, nos textos assírios, e como *Shalém*, nos textos ugaríticos dos cananeus. A transição da cultura cananéia para a israelita aconteceu no séc. X a.C., no início da monarquia davídica, quando o rei Davi fez da cidade de Jerusalém o centro político do seu reino e o centro religioso de Israel. O nome de “Sião” encontra-se na Bíblia (2Sm 5,7), como nome da fortaleza situada no monte Ofel, ao sudeste do Templo. O mesmo nome é dado também, alhures, à colina ao norte, onde se situa o Templo e, por extensão, a toda a Cidade Santa. Existiam, portanto, duas instituições no “Monte Sião”: o Templo, no lado norte, e o palácio real, no lado sul, ambos guarnecidos por muralhas. Desde então se usavam como sinônimos as expressões “fortaleza de Sião” e “cidade de Davi” (1Cr 11,5) para indicar a cidade de Jerusalém. Com a designação da capital do país com o nome de Sião se visava ressaltar a importância de Jerusalém como centro político e religioso de Israel. Não é de admirar-se, pois, que o manancial de irradiação dos dons salvíficos do Deus de Israel se localizava no Monte Sião, pois ali o Messias-Rei dispunha dos recursos para a mediação em defesa dos interesses dos israelitas residindo em outros países.

Esses recursos provinham de Israel, sendo alguns do âmbito religioso, como p. ex. os emissários, em missão diplomática, que professavam a fé de Israel, e os israelitas que punham em prática os costumes religiosos do Povo Eleito. Um desses costumes era a peregrinação anual dos fiéis ao Templo de Jerusalém. Quando os numerosos peregrinos acampavam nas colinas da redondeza de Jerusalém e entre eles se proclamava a convocação para o alistamento de voluntários para o exército do rei de Israel, sua adesão significava como que uma contrapartida dos fiéis pelo privilégio de possuir o direito de cidadania israelita. Enquanto os jovens se alistavam no exército, seus familiares providenciavam pelo fornecimento dos mantimentos para sustentá-los durante a campanha militar.

Nomeação do sacerdote da corte

O oráculo sobre o sacerdote da corte (v.4), enunciado pelo profeta por ocasião da posse do “arcipreste”, confirma a origem divina da instituição do sacerdócio ministerial. Por causa de sua função cultural na celebração litúrgica dos fiéis reunidos na presença de Deus, o sacerdócio constituía um dos sinais da “Eleição” divina do povo de Israel (junto com outros três: Templo, Jerusalém, Realeza davídica). A função cultural de Melquisedec é considerada aqui como prefiguração do sacerdócio institu-



cional em Jerusalém que remontava às práticas culturais da religiosidade do Patriarca Abraão, o pai dos fiéis do Povo de Deus (Gn 14,18-20). O contexto da história dos Patriarcas era importante em Israel devido à influência da religiosidade popular na religião mosaica, sob o crivo seletivo de elementos provindos dos povos antigos. Pois na religião de Israel não havia uma assimilação direta de ritos culturais de origem pagã dos povos da Canaã sem passar antes pelo crivo das tradições religiosas dos Patriarcas que exerciam uma interação criativa, visando à depuração de elementos espúrios das religiões naturais.

A sugestão de substituir “na função” (hebr.: *‘al-dibratî*) por “segundo o rito”⁴ é pouco viável, porque o sacerdócio hereditário de Aarão diferencia-se do sacerdócio eletivo de Melquisedec não por meio de ritos, mas pela natureza de sua instituição. Pois o mesmo rito de ordenação vigorava para o sacerdócio hereditário de Aarão (Lv 8) e o sacerdócio eletivo de Sadoc (1Rs 2,35), já que o rito de unção valia para os dois (Lv 4,5). Além disso, existe uma diferença marcante entre o rito sacerdotal de Melquisedec, realizado ao ar livre na presença de Abraão, e posteriormente o rito sacerdotal de Aarão oficiando no Templo de Jerusalém. É que Melquisedec não ofereceu um sacrifício, mas apresentou meramente a oferenda de pão e vinho, que não constituíam matéria para o sacrifício. Daí que o benefício concedido a Abraão era meramente uma bênção divina e não um dom salvífico, anexo à Aliança sagrada (Gn 14,18-20).

A cláusula de instituição para ser “sacerdote para sempre” é do tipo protocolar no caso de cargos vitalícios, especificando-se não só seu *status* vitalício como sacerdote, mas também sua função vitalícia no sacerdócio. No âmbito institucional entra também o *carisma* (no NT) como dádiva de Deus para fins de mediação dos dons salvíficos a serem ministrados aos fiéis. Com isso se visava diferenciar a ação cultural realizada pelo sacerdote e o gesto ritualista dos oficiantes em cultos pagãos, já que aí os ritos geralmente têm sua origem em mitos, ao passo que os atos culturais se fundamentam nas tradições religiosas dos povos.

Na *Carta aos Hebreus* encontra-se o texto sobre o sacerdócio primordial com base no “sacerdócio eterno” (Hb 7,24), que caracteriza o múnus sacerdotal conferido por Deus a Jesus Cristo, *ab aeterno* (desde sempre), e que está inserido no rol das várias funções do Mediador

⁴ Veja-se a proposta de substituir a expressão “segundo a ordem” por “segundo o rito”: L. Alonso SCHÖKEL – C. CARNITI, *Salmos II*, Estella: Verbo Divino, 1993, p. 1365.



divino⁵. A interpretação messiânica de Cristo como sumo sacerdote, cujo respaldo bíblico encontra-se neste versículo: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem (i.e. na função) de Melquisedec” (Sl 110,4). Também para a versão do texto grego da *Septuaginta* deve aplicar-se a tradução “em função” em vez de “segundo a ordem”, porque se cita o texto grego traduzido do hebraico (Hb 5,6; 7,11.17,21)⁶. O objetivo do autor da *Carta aos Hebreus* é fundamentar o tipo de sacerdócio *eletivo* e não *hereditário*. Destarte, Melquisedec representa o sacerdócio eletivo que existia em Jerusalém antes da instituição do sacerdócio hereditário de Israel, cujo fundador é Aarão, confirmado no cargo por Moisés. O segundo texto, citado nessa *Carta*, refere-se ao caráter eletivo do sumo-sacerdócio: “Todo sumo sacerdote é escolhido entre os homens e constituído a favor dos homens como mediador nas coisas de Deus” (Hb 5,1). Ora, a função de Cristo como “sumo sacerdote” visa realçar, *primeiro*, o grau de hierarquia superior ao dos sacerdotes levíticos do AT como também, *segundo*, seu poder de sagração dos candidatos ao ministério sacerdotal em analogia com o rito do AT (Ex 29; cf. 1Cor 11,24s). Entretanto, a temática em pauta, no Salmo 110, é a origem de duas instituições de mediação salvífica em Israel por iniciativa de Deus: a Realeza davídica (Messias-Rei) e o Sacerdócio. É de notar-se, porém, que o v.1 desse Salmo menciona meramente a instituição do Messias-Rei, ao passo que o *status* de sacerdócio eletivo, simbolizado por Melquisedec, não tinha caráter messiânico por ser meramente funcional como “arcipreste” da corte em Jerusalém, na época da monarquia.

Melquisedec é identificado como “rei de Salém”, etimologicamente lembrando os termos “rei da justiça” e “rei da paz” (Hb 7,2). Quanto ao *status* de Melquisedec como rei de Salém, não se encontram dados históricos mencionados em inscrições ou textos extra-bíblicos, e tampouco constam referências aos reis cananeus na Bíblia, a não ser que estejam relacionados com a História da Salvação. Bem outra é a mediação salvífica

⁵ Veja-se o estudo sobre a superioridade do sacerdócio de Melquisedec em comparação com o sacerdócio levítico: Gard GRANERØD, “Melchizedek in Hebrews 7”, em *Bíblica*, Vol. 90, Fasc. 2, 2009, p. 188-202.

⁶ As numerosas citações dos textos bíblicos do AT inseridas nos textos do NT obedecem a um propósito intencional, que é contrastar a exegese bíblica dos autores sacros do NT com a exegese rabínica dos judeus que não costumavam citar textos bíblicos como comprovante, mas ao invés citam rabinos que tratam do respectivo assunto; cf. Israel SHAHAK, *História Judaica e Religião Judaica: O Peso de 3000 anos*, Hugin, Lisboa 1997.



do sacerdote, cujos antecedentes históricos não são nem Melquisedec nem o rei Davi, que nunca exerceu a função sacerdotal.

Lembremos que no AT existiam seis tipos de Messias. É preciso, portanto especificar qual das seis figuras messiânicas entra em questão: 1º Messias-Rei, 2º Messias-Sacerdote⁷, 3º Messias-Profeta, 4º Messias Nacional, 5º Messias-Mártir, o “Servo de Javé”, 6º Messias Transcendente.

Justiça de Deus

A profecia cominatória (v.5-6) anuncia a intervenção divina, através do julgamento dos infratores das leis e das normas da Aliança como também dos que recorrem à violência e à supressão dos direitos e liberdades fundamentais, inseparáveis da dignidade humana dos membros do Povo de Deus. Para entender a gravidade do descalabro moral, basta olhar para o “rosto irado” de Deus, como imagem visual de censura à impiedade. A conversão moral terá, por reflexo, um “semblante amigo” (SI 34,16), voltando-se Deus para reconciliar consigo o pecador arrependido. São recursos sugestivos que os Salmos usam para situar a punição da impiedade no contexto da ira divina, mas colocam o infrator na presença de Deus, porque assim permanece oferecida a salvação ao pecador arrependido. Lembremos também que a amizade de Deus para com os fiéis não se reduz a mero sentimento, mas consiste na irradiação da benevolência de Deus, cujo reflexo se manifesta como “luz da Sua face” (SI 4,7).

⁷ O *messianismo sacerdotal* aparece depois do exílio babilônico (de 587-538 a.C.), quando a classe sacerdotal assumiu virtualmente a direção do povo judeu. Não é muito preciso, mas podemos encontrar vestígios dele em Zacarias e nos documentos de Qumrân. Na profecia de Zacarias é que se anuncia a coroação do sumo sacerdote Josué (Zc 6,11-15), que exercerá seu ministério em colaboração com o futuro rei, cada qual na área de sua competência, visando à restauração do Povo Eleito na Terra Prometida. No Novo Testamento, com a perspectiva messiânica, o âmbito da história salvífica particular do Antigo Testamento, restrito à Terra Prometida, abriu seus horizontes ao âmbito universal. Quanto aos documentos de Qumrân, que se referem ao “messias, surgido de Aarão e Israel” (CD 12,23; 14,19; 19,9-11; 20,1), não há outros textos sobre a expectativa messiânica, no sentido de mediação salvífica. Sobre as escassas referências ao Messias nos pergaminhos de Qumrân, ver R.A. HORSLEY, “Grupos judeus palestinos e seus Messias na tardia época do segundo Templo”, em CONCILIIUM, Nº 245 (1993/1) 24-41. O manuscrito citado é o “Documento de Damasco” (abrev. CD); outra referência consta na “Regra da Comunidade” (1QS 9,10-11). É importante notar que não se encontra a dimensão salvífica nos textos sobre a expectativa messiânica. Essa lacuna pode ser atribuída à ausência da função redentora da comunidade de fé para com a humanidade, porque se considerava como comunidade fechada, elitista e exclusivista (típica dos sectários de Qumrân), sem a missão de transmitir a revelação de Deus aos povos gentios.



A ação punitiva de Deus contra os inimigos é descrita aqui com cenas guerreiras. O objetivo é enfatizar a doutrina do Povo de Deus sobre a História da Salvação que se sobrepõe à história política e econômica dos povos. Os inimigos do plano salvífico de Deus a respeito da humanidade põem a perder os modos como esse plano se realiza através do Povo Eleito, cuja função é de servir como a mão direita de Deus na história. Quem executa essa punição não é o Rei, nem o Povo Eleito, mas unicamente o Deus Altíssimo sem colaboração dos exércitos humanos.

⁵ *O SENHOR está à tua direita,
esmagará os reis no dia de sua ira.*

⁶ *fará justiça às nações,
e amontoará cadáveres;
esmagando cabeças pela imensidão da terra.*

A punição infligida às nações é da iniciativa e competência de Deus somente, sem interferência nem participação alguma do rei messiânico. Essa intervenção punitiva acontecerá no “dia de sua ira” (hebr.: *yôm-’appô*), uma expressão idiomática da manifestação da justiça retributiva de Deus na história. Para os povos pagãos não havia referência a eventos de intervenção retributiva dos deuses na história, porque aí se falava apenas de calamidades causadas pelo destino cego (em grego: *μοιρα, moira*) ou por forças telúricas e cósmicas em conflito com a ordem dos ciclos da natureza. Por outro lado, a referência no Salmo à intervenção de Deus, derrubando reis e causando calamidades que dizimavam a população em várias regiões, é mero antropomorfismo projetando para Deus o que os pagãos atribuíam a fenômenos naturais. Na linguagem dos profetas encontra-se também a expressão idiomática do “dia da ira do Senhor”, como prenúncio de um ajuste de contas do passado e início de uma nova era na História da Salvação, com vislumbres da Era Escatológica, sem ser necessariamente a inauguração da etapa definitiva do Reino de Deus.

É importante constatar também a abordagem das crises dentro e fora do país tal como aparece nos Salmos, em contraste com os relatos históricos sobre o desenrolar dos acontecimentos traumáticos entre as nações, registrados na literatura ocidental. Pois aí se atribuem as crises dentro e fora do país às conjunturas políticas e econômicas, ao passo que os Salmos *deslocam os termos do problema para a pessoa*. A razão disso está na busca da causalidade dos problemas, atribuídos pelos salmistas a iniciativas dos homens e não às forças nefastas, cuja ilustração se encontra nos mitos e nas superstições. É que a crise é uma situação



humana e não a realidade externa: para sair dela de forma positiva, cabe ao homem avaliar o compromisso pessoal com a sua missão na vida e acolher os desafios no contexto da comunidade de fé.

Libertação dos oprimidos

O objetivo da intervenção salvífica de Deus (v. 7) é o início de condições propícias à vida de convivência pacífica entre os habitantes do país e a ausência da anarquia e da injustiça social.

*⁷ Aquele que bebe da torrente no caminho
poderá, então, levantar a cabeça.*

Trata-se da condição social dos oprimidos pela sociedade, que passam à clandestinidade para escapar à impiedosa repressão de que são vítimas indefesas. Esses poderão finalmente levantar a cabeça quando o Reino de Deus lhes abrir as portas à vida de liberdade e de paz no mundo. Destarte, a instituição da realeza davídica no âmbito do povo de Israel como também as democracias modernas têm por finalidade servir para o bem comum do povo e defesa dos direitos humanos.

Esperança messiânica

O tema teológico da esperança messiânica está ligado à instituição da dinastia davídica. Enquanto a Casa de Davi estava no poder (1010 – 587 a.C.), durante quatro séculos antes do Exílio babilônico, somente em situações de crise se manifestava a esperança na vinda de um rei que, dentro e fora do país, exercesse a função salvífica em favor dos súditos, quando oprimidos por dominadores estrangeiros. Após a supressão da monarquia por agressão externa, restavam alguns descendentes da Casa de Davi, lembrando às novas gerações as glórias do reino salomônico. Na liturgia, através da leitura de textos da Bíblia, evocavam-se os eventos da história salvífica e da dinastia davídica, portadora da esperança messiânica. Ali se vislumbrava a atuação do rei na perspectiva de um horizonte mais amplo, até alcançar os confins da terra, ultrapassando as fronteiras do território de Judá, e estendendo-se até as comunidades de fiéis localizadas nos países fora da Palestina. A função soteriológica do Messias beneficiará os súditos do seu reino, como também as minorias



israelitas, que, constituídas em comunidades de fé, se encontravam espalhadas entre as nações do mundo inteiro⁸.

Conclusão

O legado da fé de Israel é transmitido a todas as gerações do Povo Eleito do AT como também ao Povo de Deus do NT. Ambos se beneficiam da religiosidade vivida em termos de cultura e de espiritualidade. O Salmo 110 em forma orante presta homenagem a duas instituições beneméritas do AT: a realeza davídica, e o ofício sacerdotal. O papel do sacerdócio é o de mediatizar os dons salvíficos pela liturgia celebrada na comunidade de fé. Mediante o sacerdócio é que a religião bíblica do AT e NT se torna uma religião “viva” porque o sacerdote é quem oferece o sacrifício de ratificação da Aliança sagrada e desta forma se confirma a relação de amizade entre Deus e seu povo.

Endereço do Autor:

Colégio Catarinense
Rua Esteves Junior, 711
Cx postal 135
CEP 88015-130 Florianópolis, SC
E-mail: Istadelmann@hotmail.com

⁸ Nos Evangelhos Sinóticos há referências à crença, em voga entre os judeus de então, de que os benefícios da salvação, trazidos pelo Messias, seriam reservados aos israelitas, pois o título “Filho de Davi” tem sua origem na tradição judaica (cf. Mc 7,24-30 / Mt 15,21-28).